

LINGÜÍSTICA TEXTUAL E ENSINO DE LÍNGUA: CONSTRUINDO A TEXTUALIDADE NA ESCOLA

Maria do Rosário Valencise GREGOLIN¹

- RESUMO: Este trabalho discute a aplicação das teorias de texto, desenvolvidas pela Lingüística Textual, no ensino de língua portuguesa.
- UNITERMOS: Lingüística Textual; teorias de texto; ensino de língua portuguesa; interpretação; produção de texto.

O Texto na escola

Já é lugar-comum afirmar que o ensino, particularmente o ensino de língua materna, passa por uma crise em nosso País. O "coro dos descontentes" abrange toda a sociedade, e, mais do que nunca, tem-se identificado na formação do professor uma das principais causas dessa situação.

Evidentemente, são vários os fatores conjunturais causadores da crise; o professor é apenas uma das pontas visíveis do problema: aquela que mostra que os vários graus da escolarização não têm formado um profissional competente, com um arcabouço teórico capaz de instrumentá-lo para a transmissão do conhecimento sobre a língua.

Um dos aspectos dessa formação deficiente do professor de língua portuguesa é a falta de uma teoria que lhe permita trabalhar com o texto na sala de aula. Esse vazio teórico leva a equívocos, como o de privilegiar o ensino da nomenclatura gramatical, e à insegurança na transmissão dos procedimentos de leitura, interpretação e produção de textos.

Quando se aceita que o objetivo principal do ensino de língua é a formação de um usuário competente, que saiba utilizar a língua como instrumento de ação e de reflexão, é bem fácil perceber a necessidade de uma teoria do texto para o ensino: a condução do aprendizado de língua precisa ser feita por meio do *texto*, unidade

1. Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

essencialmente comunicativa da linguagem. Grande parte dos problemas de interpretação e de produção dos alunos poderia ser solucionada se o professor soubesse como trabalhar com o texto, como identificar sua estrutura e o percurso de construção dos seus sentidos.

A Lingüística Textual, que toma o texto como unidade de análise, tem feito progressos consideráveis na constituição de um corpo teórico, e pode oferecer aos professores caminhos para essa orientação do ensino de língua.

A Lingüística Textual e a definição da textualidade

Os trabalhos teóricos da Lingüística Textual têm considerado o “texto” como uma unidade complexa, estruturada por elementos lingüísticos e elementos pragmáticos. A diversidade desses elementos tem tornado difícil a construção de um modelo teórico que explique e descreva a “textualidade” em toda a sua complexidade. Assim, os estudos têm procurado o melhor caminho teórico para tratar os elementos complexos que compõem a tessitura textual:

A Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve considerar a *organização reticulada ou tentacular*, não-linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

(Marcuschi, 1983, p. 12-3. Grifo nosso)

Um dos principais problemas na análise do texto vem justamente do fato de tratar-se de uma *unidade de sentido* agenciada por elementos lingüísticos, e ser, portanto, necessário estabelecer o papel desempenhado pelos elementos na constituição do todo. A abordagem da totalidade exige uma teoria lingüística que possa dar conta da relação entre os elementos e da constituição do todo de sentido. Uma tentativa tem sido realizada nos trabalhos de Halliday, especialmente em (1985), com a preocupação de construir as bases de uma gramática *funcional* para o sistema da língua, em que cada elemento deve ser interpretado como funcional em relação ao todo. Para ele, a organização da linguagem não é “arbitrária”, ela está intimamente associada às necessidades do uso. Por ser instrumento de uso, as estruturas lingüísticas são produto de três processos semânticos simultâneos: a) é uma representação da experiência (função IDEACIONAL); b) é uma mensagem (função TEXTUAL); c) é uma troca interativa (função INTERPESSOAL).

A *textualidade* é, assim, criada por um conjunto de processos semânticos em que uma mensagem, construída com base na experiência, é comunicada a interlocutores. Partindo dessa concepção, Beaugrande e Dressler (1981) propõem o estudo da *textualidade* por meio de *padrões* necessários para que um texto seja comunicativo.

Esses "padrões" envolvem fatores centrados no texto (coesão e coerência) e fatores centrados no usuário (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade).

Ao considerarem dois tipos de fatores, Beaugrande e Dressler (1981) mostram a dificuldade de se integrar, na análise, elementos lingüísticos e não-lingüísticos. Os "fatores centrados no usuário" evidenciam elementos que constituem a "argumentatividade" do texto, cuja estruturação é constituída por elementos complexos, lingüísticos e não-lingüísticos. Assim, a *textualidade* é erigida em três níveis:

a) no *nível lógico-cognitivo* são estabelecidas as representações semânticas do texto;

b) no *nível lingüístico* é estabelecida a coesão textual através de procedimentos particulares como a pronominalização, a seqüencialização por conectores ou pelo uso dos tempos verbais, entre outros;

c) no *nível contextual* ou *pragmático* é estabelecida a relação entre o texto e o contexto que o produziu.

A condução do ensino de língua deve nautar-se pela averiguação dos três níveis que compõem o texto e pela ênfase no fato de que esses níveis são integrados e harmonizados pela força argumentativa da linguagem. O trabalho na sala de aula deve buscar o desvendamento dessa tessitura particular que envolve diferentes elementos e produz *efeitos de sentidos*; são os procedimentos de argumentação que unificam o sentido e apontam para os vários sentidos criados no texto:

Partiremos da observação bastante banal que muitos atos de enunciação têm função argumentativa, que eles objetivam levar o destinatário a uma certa conclusão, ou dela desviá-lo. Menos banal, talvez seja a idéia de que essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado: o valor argumentativo de uma frase não é somente consequência das informações para ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, e conduzir o destinatário em tal ou qual direção.

(Ducrot, 1981, p. 178)

Segundo Fávero e Koch (1985, p. 34), a argumentação constitui o fator fundamental quer de coesão quer de coerência textuais, subjacente, portanto, aos demais fatores da textualidade:

A Lingüística Textual deve ser vista como o estudo das operações lingüísticas, cognitivas e argumentativas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais.

Também em Halliday (1985) é evidenciado o papel da argumentatividade na constituição textual. Pela função INTERPESSOAL, a linguagem é um instrumento por meio do qual é possível agir sobre o outro e sobre o mundo (p. 65) por meio de ações

concretas (atos de fala indiretos como "Passe-me o sal") ou ações verbais (pedidos de informação etc.) que permitem a troca de informações.

O esforço do professor de língua deve ser, portanto, no sentido de levar os alunos a descobrirem o percurso de geração de sentidos do texto, seguindo as pistas da sua orientação argumentativa.

Argumentação e textualidade

A TEXTUALIDADE é uma relação de envolvimento entre o texto e o usuário em uma determinada situação comunicativa, agenciada por elementos de diferentes níveis textuais. As marcas linguísticas que estruturam um texto guiam o leitor para a interpretação semântica dos sentidos em uma determinada direção argumentativa. Assim, os sentidos de um texto são construídos por fatores linguísticos, cognitivos culturais e interacionais, que devem ser recuperados na leitura.

Vejamos o exemplo a seguir, publicado na revista *Isto é* em 20.5.92. Ao lado de uma fotografia do presidente dos Estados Unidos, George Bush, vestido com roupas de caça e com uma arma na mão, aparece o seguinte texto:

A VISITA DO IMPERADOR

O ar ficou mais leve com o anúncio
da presença de George Bush na Eco 92

Os organizadores da Rio 92, e os participantes em geral da conferência ecológica marcada para junho próximo, respiraram melhor ao ser confirmada a presença do presidente dos Estados Unidos, George Bush. Embora os índices de poluição continuem na mesma, a simples vinda de Bush multiplica geometricamente a importância do evento. Os Estados Unidos são os principais produtores de dióxido de carbono do mundo, o famigerado CO₂, primeiro responsável pelo efeito estufa. Das chaminés e escapamentos americanos sai um quarto do CO₂ liberado na face da Terra. Com esse cacife Bush tem direito a lugar de honra à mesa carioca, sem contar sua condição de presidente da potência número um.

É bom saber, de todo modo, que a vinda de Bush resulta de um laborioso acerto entre os grandes produtores mundiais de CO₂. Há quinze meses eles começaram a negociar um pacto destinado a reduzir e a estabilizar os gases industriais.

Temos, na estrutura superficial do texto, os *elementos linguísticos* que ativam *conhecimentos de mundo*: as palavras são pistas para a ativação do conhecimento ~~que temos armazenado em nossa memória~~. Assim, ao deparar-se com uma palavra como *imperador*, imediatamente o enunciatório a associa a outros significados como "poder", "dinheiro", "hierarquia" etc., e consegue colocá-la dentro de um *esquema conceptual* a fim de entender o seu significado.

Mas alguns significados exigem um *conhecimento partilhado*, pois fazem parte do conhecimento de determinadas pessoas. Assim, dizemos que exigem um "conhecimento especializado" para a sua interpretação. É o caso, no texto apresentado, da

interpretação do sentido de "o ar ficou mais leve com o anúncio da presença de George Bush na Eco 92", onde se constroem dois sentidos:

- a) "Todos ficaram mais *tranquilos* com o anúncio da presença de George Bush";
- b) "O ar ficou *menos poluído* com o anúncio da presença de George Bush".

Percebemos que o sentido *b* é uma ironia com a poluição ambiental e, como pistas para a interpretação, as palavras podem abrir várias direções de leitura; cabe ao interpretante do texto reconhecer e seguir essas pistas.

O reconhecimento da direção da construção do sentido do texto é realizada, também, pela contextualização, pois um texto, fora de um contexto, pode ficar incoerente.

O contexto pode ser intratextual – o título, as ilustrações, a data e o local da publicação etc. Nesse texto analisado, publicado em uma revista de grande circulação, aparece uma imagem fotográfica com legenda e é criada uma antífrase entre o texto visual (Bush, vestido com roupas de caça, com uma arma na mão) e o texto verbal (*ecologista Bush na prática do seu esporte favorito*).

Há, ainda, o contexto extratextual: a situação em que ocorre um texto acarreta uma sobredeterminação de significados. No exemplo apresentado, publicado alguns dias antes do início da Eco 92, a situação acrescenta significados: fica subentendido o panorama do momento, especialmente a discussão da biodiversidade e a oposição entre os países ricos (cuja riqueza está baseada na produção, cada vez maior, de poluição) e dos países pobres (cujo desenvolvimento dependeria, em última instância, de produzirem mais poluição).

A sobredeterminação de sentidos é gerada pela intertextualidade, pois um texto sempre nos remete a outros textos, explicitamente citados ou subentendidos na superfície textual. Em *A visita do Imperador* subentendem-se os textos que se referem à Eco 92, tanto os contratuais (que procuram marcar a importância do evento) quanto os polêmicos (que criticam a guerra de bastidores entre países "ricos e poluidores" e países "pobres e poluidores").

A existência dessa polifonia discursiva é regulada pela intencionalidade do produtor do texto e pela aceitabilidade produzida no leitor. Assim, a interpretação exige a percepção da intenção do autor (através da sua argumentação) e a aceitação dos seus argumentos. Podemos perceber, em *A visita do Imperador*, a orientação argumentativa do autor, querendo nos convencer de uma imagem "negativa" dos Estados Unidos com relação à questão do meio ambiente: entre dois discursos opostos é assumido o discurso contrário aos países ricos, mostrando-se a contradição entre o discurso "ecológico" e o discurso "econômico" que tem caracterizado as posições dos Estados Unidos, já que a pujança econômica americana depende de suas *chaminés e escapamentos* que emitem *um quarto do CO₂ liberado na face da Terra*.

A interpretação de um texto depende, portanto, de "estratégias interpretativas" que, *grosso modo*, podem ser classificadas em dois grandes grupos. Temos, primeiramente, nas *marcas lingüísticas*, um conjunto de instruções argumentativas e/ou funcionais. Essas instruções são operacionalizadas por *leis do discurso* (Ducrot et al.,

1980; Ducrot, 1983), pois todos os constituintes textuais são dotados de um certo número de informações semânticas, pragmáticas e argumentativas, que dirigem a interpretação – um exemplo dessas “leis do discurso” são as *máximas conversacionais* de Grice (1979).

As leis do discurso (como constituintes interpretativos) funcionam como *guias* para a interpretação, abrindo caminho para a multiplicidade de sentidos ou, pelo contrário, *filtrando* e restringindo a variedade de sentidos gerados em um texto, pois a seleção de uma determinada lei do discurso opera a seleção de uma determinada interpretação.

Para Ducrot (1981, 1987), a significação deriva de instruções fornecidas por elementos lingüísticos em relação à sua situação discursiva. O valor argumentativo dos elementos lingüísticos conduz o leitor a determinadas conclusões, fornecendo um conjunto de instruções referentes às estratégias que o enunciatário deve utilizar para decodificar os enunciados. A significação é, assim, composta por dois tipos de “orientações de conteúdo”:

a) conteúdos puramente informativos que permitem ao destinatário a criação de inferências;

b) conteúdos que estabelecem relações com outros conteúdos por meio de operações argumentativas (dedução de novos conteúdos, de acordo com uma determinada orientação argumentativa).

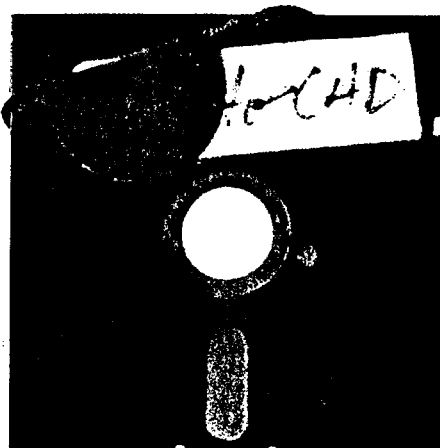
A argumentação não é, pois, entendida como um acessório que auxilia na transmissão de informações, mas como um “ato lingüístico fundamental”, inerente a todo e qualquer texto, já que a cada um deles subjaz uma determinada intenção argumentativa de forma mais ou menos marcada. Por isso, todo texto possui uma organização argumentativa, que é resultado de dois tipos de operações:

1. operações argumentativas microestruturais: processos coesivos, responsáveis pela organização linear do texto;

2. operações argumentativas macroestruturais: processos intra e intertextuais (como a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a intertextualidade etc.)

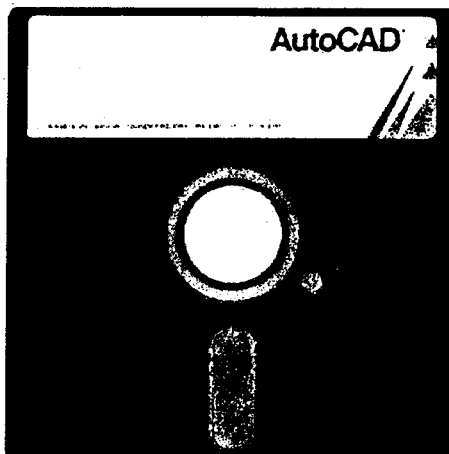
Pode-se pensar, assim, na coesão textual como a forma que sinaliza a orientação argumentativa, e na coerência textual como a consistência de sentido em relação ao lugar argumentativo para onde indica o texto.

As diferentes pistas ou instruções para a interpretação organizam-se e relacionam-se de forma harmônica em um texto bem escrito, o que propicia a direção segura de leitura. A coerência é regida por um princípio de interpretabilidade, já que se estabelece entre usuários em uma determinada situação de comunicação. Se houver qualquer falha em algum desses dois sistemas (de coesão e de coerência), a interpretação ficará prejudicada. Imagine-se, por exemplo, a interpretação do texto a seguir realizada por um leigo em informática:



Projetado e desenvolvido em São Paulo, SP, Brasil.

Evite o grupo de risco. Exija um programa legal.



AutoCAD

Multa, crime, prisão, contaminação por vírus, desatualização, prejuízo, ilegalidade. Versão ilegal de AutoCAD é isso: risco para você, para sua empresa e para o seu projeto. Prefira sempre o original AutoCAD, um programa líder de mercado nos cinco continentes, com mais de 650.000 usuários, garantia de suporte técnico, treinamento, segurança e atualização constante.

Quer mais? Ligue para a Digicon. A gente não tem nada a esconder. Nem os preços:

AutoCAD R10 = US\$ 1.000,00
(mais barato que nos EUA)

e AutoCAD R11, R11 c/AME e R11 286 com os mesmos preços dos EUA.

Temos, nesta propaganda, um exemplo de implicação de conteúdos, em que a ambigüidade lingüística só pode ser resolvida se o enunciário conhecer a linguagem própria da informática. Constroem-se, aqui, dois textos: um que se refere à informática, outro que se refere à AIDS. O humor é construído pelo imbricamento dessas duas leituras:

Evite o grupo de risco. Exija um programa legal

- sentido 1: propaganda anti-AIDS que propõe o cuidado na escolha dos parceiros sexuais;
- sentido 2: propaganda de informática, que incita os usuários a evitarem programas ilegais ("piratas") de computador.

A interpretação desses dois sentidos exige que o leitor tenha conhecimento dos termos próprios da informática; ele deve saber, por exemplo, que um programa ilegal é chamado de "pirata" e, por isso, a propaganda apresenta um disquete "fantasiado" de pirata. Outro conhecimento exigido para a interpretação é o da existência de "vírus de computador" – a analogia com a AIDS foi construída exatamente sobre a coincidência do "vírus" nas duas leituras.

Há, subentendido neste texto, um discurso discriminatório contra a AIDS, que é associada ao "crime", a "punição", a "ilegalidade"; ao desvendar esse discurso, o professor estará orientando os alunos no desmascaramento das várias leituras que um texto pode gerar. E dos vários preconceitos que um texto pode, sutilmente, criar.

Para que a orientação argumentativa da propaganda analisada seja identificada e aceita pelo leitor, é necessário que ele capte o sistema textual colocado em ação e aceite uma espécie de contrato com o enunciador. Quando o texto é malconstruído – como acontece com grande parte dos textos produzidos por alunos do 1º e do 2º graus – há rompimento no contrato entre enunciador e enunciário, e a interpretação fica prejudicada. Assim, grande parte dos textos escolares chamados de "incoerentes" pelos professores apresenta um desarranjo na sua estrutura de coesão/coerência, o que provoca distorções na sua linha argumentativa.

Se o professor conseguir mostrar ao aluno os mecanismos de construção dos sentidos do texto, certamente estará no caminho que poderá levá-lo a interpretar e a construir os seus textos com eficiência e espírito crítico.

GREGOLIN, M. do R. V. Textlinguistics and language learning: the development of textuality in school. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 23-31, 1993.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the application of Textlinguistics theories in the learning of text in school.*
- **KEYWORDS:** *Textlinguistics; text theories; portuguese language learning; interpretation; production of text.*

Referências bibliográficas

- BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W. *Introduction to textlinguistics*. London: Longman, 1981.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. Operateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de Linguistique Française*, v. 5, p. 7-36, 1983.
- _____. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- DUCROT, O. et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. Critérios de textualidade. *Veredas*, v. 104, p. 17-34, 1985.
- GRICE, H. P. Logique et conversation. *Communications*, n. 30, p. 57-72, 1979.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward and Arnold, 1985.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.